

RESULTADO IEGM – 2015

Ato originário: Resolução TCE-TO 221/2016

Ato de designação: Portaria nº 334 de 15 de junho de 2016

Período abrangido: 2015

Prazo: 20 de junho a 31 julho/Prorrogado para 07/08/2016

Equipe:

Nome	Matrícula	Cargo	Lotação
Moisés Vieira Labre	23.4311	Conselheiro Substituto – Coordenador	
Lígia Cássia Rocha Braga	23.8589	Auditora de controle Externo - Supervisora	COAES
Ana Carolina Ribeiro de Moraes	24.3465	Auditora de controle Externo	DIGCE
Cláudia Elizabeth de Oliveira Vieira	23.5873	Auditora de controle Externo	COAES
Leonardo José de Sales	24.1432	Técnico de controle externo	CODES
Roger Luís Monteiro Tolentino	23.8767	Auditor de controle Externo	DIGCE

LISTAS DE SIGLAS

IRB – Instituto Rui Barbosa

IEGM – Índice Efetividade Gestão Municipal

INDICON - Rede Nacional de Indicadores

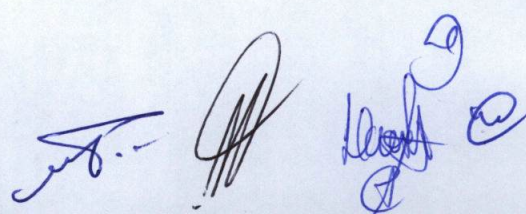
CADUN - Cadastro Único do TCE

UBS – Unidade Básica de Saúde

SICAP – Sistema Integrado de Auditoria Pública

IPTU- Imposto territorial urbano

ISSQN – Imposto sobre serviços de qualquer natureza



1. INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado do Tocantins aderiu junto ao IRB – Instituto Rui Barbosa ao Acordo de Cooperação Técnica 001/2016, o qual tem como objeto o estabelecimento da Rede Nacional de Indicadores – Rede INDICON, cuja finalidade é compartilhar instrumentos de medição do desempenho da gestão pública, por meio de um indicador padrão que é o índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM. Desta forma através da Resolução TCE-TO 221/2016 foi aprovada a implantação do IEGM, a partir 2016 em todos os municípios do Estado do Tocantins.

1.1 Objetivo e escopo

O IEGM - índice de efetividade da gestão dos municípios irá medir a qualidade dos gastos municipais e avaliar as políticas e atividades públicas do gestor municipal. É composto por sete dimensões da execução do orçamento público: saúde, educação, fiscal, planejamento, tecnologia da informação, meio ambiente e cidades.

A combinação das análises destes 07 índices temáticos pretende avaliar, ao longo do tempo, se a visão e objetivos estratégicos dos municípios foram alcançados de forma efetiva e, com isto, oferecer elementos importantes para auxiliar e subsidiar a ação fiscalizatória exercida pelo Controle Externo.

O IEGM permite observar quais são os meios utilizados pelos municípios jurisdicionados no exercício de suas atividades que devem ser disponibilizadas em tempo útil, nas quantidades e qualidades adequadas e ao melhor preço (economia) de modo a entender a melhor relação entre os meios utilizados e os resultados obtidos (eficiência), visando ao alcance dos objetivos específicos fixados no orçamento público (eficácia).

A consolidação dos dados permitirá ao Tribunal apresentar um diagnóstico individualizado do desempenho municipal.

1.2 Metodologia e limitações

Os questionários foram elaborados pelo TCE-SP, fruto de diversos eventos e reuniões com agentes políticos, técnicos de órgãos estaduais (Secretaria de Saúde, Educação, Meio Ambiente, Defesa Civil) órgãos da sociedade civil e principalmente, baseado nas atividades de controle externo, além de conversas técnicas com agentes de fiscalização.

Foi encaminhado a todas as unidades jurisdicionadas municipais por meio de Ofício da Presidência do TCE, dando ciência da realização dos trabalhos.

O link de acesso aos questionários foi encaminhado para o e-mail de cada gestor municipal, tendo por base os endereços eletrônicos constantes do Cadastro Único do TCE - CADUN

Para esclarecimento de dúvidas e outras comunicações, foi divulgado o endereço eletrônico iegm@tce.to.gov.br, bem como disponibilizados os telefones 3232-5867 e 3232-5862 para contato.

Foi amplamente divulgado na mídia e no site do TCE a realização dos trabalhos, prazos e situação dos preenchimentos dos questionários pelos gestores municipais.

Com intuito de auxiliar os respondentes no correto preenchimento dos questionários foi elaborado como material de apoio a FAQ, respostas para as dúvidas mais frequentes.

Os dados apurados no IEGM-TO foram encaminhados para o TCE-SP para consolidação. Posteriormente, o TCE-SP encaminhou para o TCE-TO o resultado do IEGM-TO.

Como fatores de limitação a execução dos trabalhos, identificaram-se os seguintes: e-mails dos gestores informados no CADUN incorretos; ausência de indicação de um interlocutor para tratar do trabalho junto ao Tribunal, período de aplicação dos questionários coincidiu com mês de julho, período de férias da maioria dos municípios.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 Estrutura do questionário e modelo de avaliação

Composto por 7 (sete) índices num total de 225 questões, cada um baseado na respectiva dimensão da gestão pública, tendo a seguinte estrutura:

- **I-Educ/** - O índice Municipal da Educação mede o resultado das ações da gestão Pública Municipal nesta área por meio de uma série de quesitos específicos relativos à educação infantil e Ensino Fundamental I, com foco em aspectos relacionados à infraestrutura escolar. Este índice reúne informações sobre avaliação escolar, Conselho e Plano Municipal de Educação, merenda escolar, qualificação de professores, transporte escolar, quantitativo de vagas, material e uniforme escolares.
- **I-Saúde/** - O Índice Municipal da Saúde mede o resultado das ações da gestão Pública Municipal neste tema por meio de uma série de quesitos específicos, com ênfase nos processos realizados pelas prefeituras relacionados à Atenção Básica, Equipe Saúde da Família, Conselho Municipal da Saúde, atendimento à população para tratamento de doenças como tuberculose, hanseníase e cobertura das campanhas de vacinação e de orientação à população.
- **I-Planejamento/** - O Índice Municipal do Planejamento verifica a consistência entre o que foi planejado e o efetivamente executado, por meio da análise dos percentuais gerados pelo confronto destas duas variáveis.

Neste confronto, além dos aspectos relacionados ao cumprimento do que foi planejado, também é possível identificar a existência de coerência entre as metas físicas alcançadas e os recursos empregados, bem como entre os resultados alcançados pelas ações e seus reflexos nos indicadores dos programas.

- **I-Fiscal/** – Este Índice mede o resultado da gestão fiscal por meio da análise de execução financeira e orçamentária, das decisões em relação à aplicação de recursos vinculados, da transparência da administração municipal e da obediência aos limites estabelecidos pela lei de Responsabilidade Fiscal.
- **I-Amb/** - O Índice Municipal do Meio Ambiente mede o resultado das ações relacionadas ao meio ambiente que impactam a qualidade dos serviços e a vida das pessoas. Este índice contém informações sobre os resíduos sólidos, educação ambiental, estrutura ambiental e conselho ambiental.
- **I-Cidade/** – O Índice Municipal de Proteção dos Cidadãos mede o grau de envolvimento do planejamento municipal na proteção dos cidadãos frente a possíveis eventos de sinistros e desastres. Reúne informações sobre Plano de Contingência, identificação de riscos para intervenção do Poder Público e infraestrutura da Defesa civil.
- **I-GovTI/** – O Índice Municipal de Governança de Tecnologia da Informação mede o conhecimento e o uso dos recursos de Tecnologia da Informação em favor da sociedade. Este índice reúne informações sobre políticas de uso de informática, segurança da informação, capacitação do quadro de pessoal e transparência.

Como o IEGM é um indicador perene, apresentando seus resultados anualmente, nesta amostra seus resultados serão apresentados em faixas, evitando-se assim a exposição de ranking.

Para as prefeituras, órgão de controle, sociedade e demais interessados, os resultados do IEGM serão apresentados em 05 (cinco) faixas de resultado, definidas em função da consolidação das notas obtidas nos 07(sete) índices temáticos.

O enquadramento dos municípios em cada uma dessas faixas obedece aos seguintes critérios:

Nota	Faixa	Critério
A	Altamente efetiva	IEGM com pelo menos 90% da nota máxima e, no mínimo, 5 índices com a nota A
B+	Muito efetiva	IEGM entre 75% e 89,9% da nota máxima
B	Efetiva	IEGM entre 60% e 74,9% da nota máxima
C+	Em fase de adequação	IEGM entre 50% e 59,9% da nota máxima
C	Baixo nível de adequação	IEGM menor ou igual a 49,9%

[Handwritten signatures and initials]

Com o objetivo de permitir maior controle da efetividade do município, ajustado pelos modelos matemáticos aplicados, e considerando a necessidade de implemento de controles constitucionais e legais no IEGM, ficam observadas as seguintes regras para aplicação das faixas de resultados:

- Diminuição de 01(um) grau na nota geral do IEGM/TCETO quando não ocorrer o atingimento da aplicação de 25% na Educação;
- Índice Componente- Realocação para faixa de resultado C – Baixo Nível de adequação quando não observar o contido no artigo 29-A da Constituição Federal.

3. RESULTADO

Os questionários do IEGM foram respondidos por 126 municípios dos 139, o que representou uma elevada taxa de resposta (90,65%). Apenas os municípios de Abreulândia, Aragominas, Araguaatins, Carmolândia, Carrasco Bonito, Esperantina, Goiatins, Ipueiras, Itaporã, Piraquê, Praia Norte, Santa Fé do Araguaia e São Miguel do Tocantins não responderam ao IEGM.

Apresentamos a seguir a representação gráfica do resultado, indicando o quantitativo de municípios respondentes por faixa e percentual quanto ao total de respondentes;

Nenhum município foi classificado nas faixas A (Altamente Efetivo) e Faixa B+(Muito Efetivo);

Dos 126 municípios respondentes, 76 (60%) estão concentradas na faixa C+ em fase de adequação.

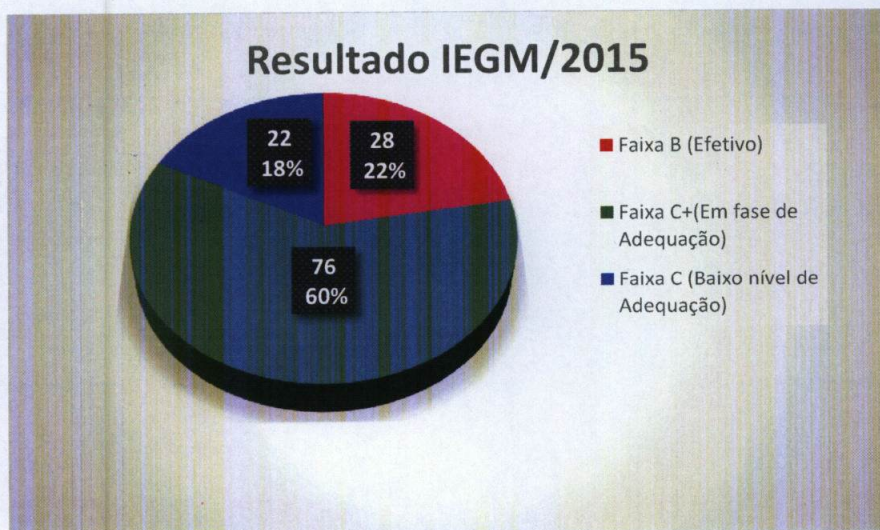


Figura 1 Resultado IEGM/2015

Assinaturas manuscritas no canto inferior direito da página.

4. ANÁLISES ESPECÍFICAS DOS ÍNDICES TEMÁTICOS

Realizou-se algumas análises baseadas nas respostas fornecidas pelos municípios, bem como confrontando com nossos Sistemas SICAP-Contábil, SICAP-AP, CNES- Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde, e outros endereços eletrônicos dos órgãos detentores das informações.

4.1. I- Educ

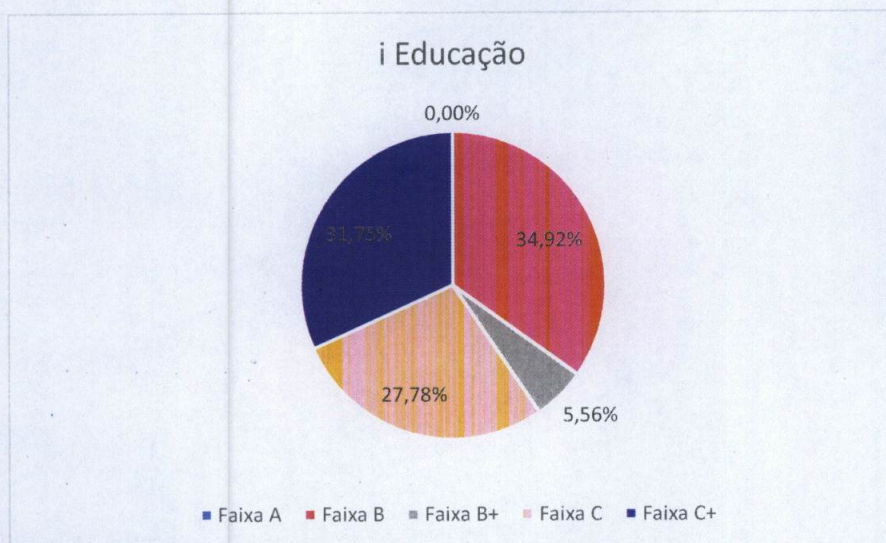


Figura 2: Gráfico resultados do I-EDUC por faixas

Neste índice constatou-se que 84 municípios (66,67%) ficaram concentrados nas faixas de resultados B (efetivo) e C+ (baixo nível de adequação).

Com o resultado do I-Educação podemos também observar que:

- 74 municípios não fizeram pesquisa ou estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de pré-escola em 2015;
- 98 municípios não informaram o número de crianças de 4 a 5 anos de idade **não** matriculadas na pré-escola em 2015

Obtidas as respostas de 126 dos 139 Municípios do Estado do Tocantins, a equipe técnica priorizou os quesitos específicos de gestão municipal relativos à educação infantil, com enfoque na fase da pré-escola, que envolve a educação na faixa de 4 a 5 anos, tendo em vista a parte “a” da Meta 1 do Plano Nacional da Educação 2014/2024 aprovado pela Lei Federal nº 13.005/2014, qual seja:

“Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.”

Considerando o prazo final estabelecido para 2016 para que os Municípios universalizem a educação infantil para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade, apresentamos os resultados da análise dos dados que indicam a posição, em 2015, quanto a tendência ou não de atendimento a referida meta em 2016, visando alertar os gestores no sentido de que este Tribunal acompanhará o cumprimento da referida meta, com a possível repercussão na análise das contas anuais tendo em vista o disposto nos artigos 212 a 214 da Constituição Federal.

O diagnóstico obtido no IEGM despertou a necessidade de verificar os dados informados pelas Prefeituras. Assim, foi utilizado o resultado do Censo Escolar de 2015 (INEP) e o Censo Demográfico de 2010 (IBGE) para visualizar uma **tendência** da relação de alunos de 4 a 5 anos matriculados na pré-escola com a população na mesma faixa etária residente no Município.

Vale ressaltar que o censo de 2010 já está defasado em relação à situação atual dessa população específica e já que não foram levados em consideração fatores que poderiam influenciar na contagem da população para 2015, como por exemplo o índice de mortalidade, de natalidade ou o fato de que tais crianças que não mais fazem parte do grupo estudado.

Não obstante a defasagem dos dados demográfico de 2010, o diagnóstico aponta indícios de que em 2015 todos os 139 (cento e trinta e nove) Municípios tocantinenses encontravam-se na faixa de 16,55% a 169,62% em termos percentuais de atendimento da demanda de crianças entre 4 e 5 anos. Nesse contexto, a análise dos Municípios que atingiram mais de 100% de matrículas em relação a população deve ser mais aprofundada por parte deste Tribunal.

O Gráfico 1 mostra a distribuição da quantidade de municípios em faixas percentuais de matrículas na pré-escola em relação à população de crianças de 4 a 5 anos.

Assim conforme pode ser observado, estima-se que 4 municípios possuíam de 0-30% das crianças de 4 a 5 anos residentes matriculadas na pré-escola, 51 municípios estavam na faixa de 30,01% a 60% das crianças na faixa etária pesquisada matriculadas na pré-escola, 56 municípios possuíam de 60,01% a 80% das crianças de 4 a 5 na pré-escola, 20 municípios de 80,01% a 100% de tais crianças matriculadas nesse mesmo período escolar e 8 municípios possuíam um número superior a 100% das crianças residentes de 4 a 5 anos matriculadas na pré-escola.

Do levantamento geral destaca-se **que 55 dos 139 municípios (49% deles) possuíam menos de 60% das crianças de 4 a 5 anos matriculadas na pré-escola em 2015.** No entanto, deve-se atentar que **a 4 municípios estavam na faixa de até 30% de crianças matriculadas na idade de 4 a 5 anos,** e 8 municípios estavam com mais de 100% de crianças residentes nessa idade matriculadas, situações que devem ser verificadas com mais urgência.

[Assinaturas manuscritas]

Os quadros de 2 a 7 mostram a situação individual do percentual de matrículas da pré-escola encontrada em cada um dos 139 municípios que foram agrupados por relatoria responsável. Os Gráficos de 2 a 7 demonstram a distribuição dos municípios divididos por relatoria em cada faixa de percentual de matrículas sugerida, resumida no Quadro 1.

Faixas Percentuais de matrículas na pré-escola (censo escolar 2015/censo populacional 2010)	1ª Relatoria (10 municípios)	2ª Relatoria (25 municípios)	3ª Relatoria (25 municípios)	4ª Relatoria (27 municípios)	5ª Relatoria (26 municípios)	6ª Relatoria (26 municípios)	GERAL (139 municípios)
0-30%	0	2	0	0	1	1	4
30,01%-60%	3	10	12	5	12	9	51
60,01%-80%	6	12	6	15	8	9	56
80,01%-100%	0	1	5	5	3	6	20
Superior a 100%	1	0	2	2	2	1	8
TOTAL	10	25	25	27	26	26	139

Quadro 1 – Quantidade de municípios de cada relatoria que se encaixam em cada uma das faixas percentuais sugeridas

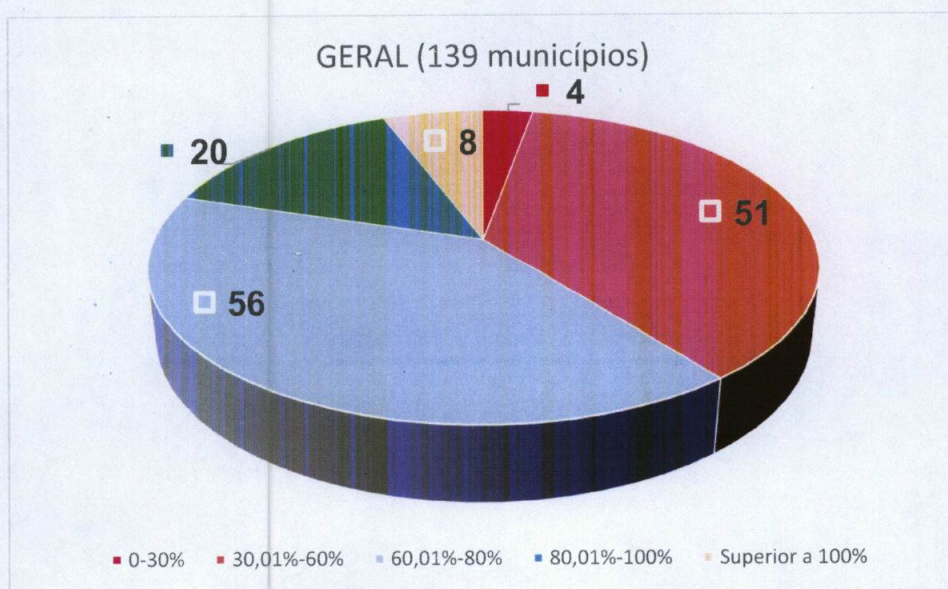


Gráfico 1 – GERAL - Quantidade geral de municípios distribuídos em faixas percentuais de alunos matriculados na pré-escola em relação à população de crianças de 4 a 5 anos.

Assinaturas manuscritas em azul.

Município	Relatoria	Percentual de matrículas na pré-escola (censo escolar 2015/censo populacional 2010)
Aparecida do Rio Negro	1º Relatoria	75,00%
Barrolândia	1º Relatoria	60,42%
Chapada de Areia	1º Relatoria	117,78%
Lajeado	1º Relatoria	74,59%
Miracema do Tocantins	1º Relatoria	54,50%
Monte Santo do Tocantins	1º Relatoria	67,65%
Palmas	1º Relatoria	71,91%
Paraíso do Tocantins	1º Relatoria	62,19%
Pugmil	1º Relatoria	48,25%
Santa Tereza do Tocantins	1º Relatoria	49,53%

Quadro 2 – 1ª Relatoria - Estimativa percentual das matrículas de crianças de 4 a 5 anos nos municípios em 2015

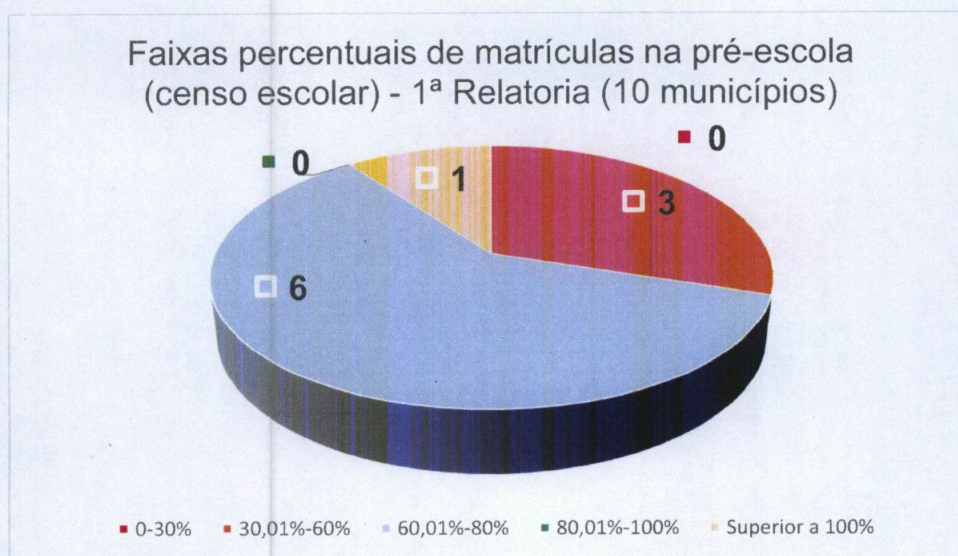


Gráfico 2- 1ª Relatoria - Quantidade de municípios distribuídos em faixas percentuais de alunos matriculados na pré-escola em relação à população de crianças de 4 a 5 anos.

[Handwritten signatures and initials]

Município	Relatoria	Percentual de matrículas na pré-escola (censo escolar 2015/censo populacional 2010)
Aragominas	2º Relatoria	43,84%
Araguaína	2º Relatoria	64,11%
Araguanã	2º Relatoria	48,48%
Arapoema	2º Relatoria	72,24%
Babaçulândia	2º Relatoria	58,65%
Bandeirantes do Tocantins	2º Relatoria	61,98%
Barra do Ouro	2º Relatoria	62,15%
Bernardo Sayão	2º Relatoria	74,70%
Brasilândia do Tocantins	2º Relatoria	70,11%
Campos Lindos	2º Relatoria	26,62%
Carmolândia	2º Relatoria	62,28%
Colinas do Tocantins	2º Relatoria	73,80%
Couto Magalhães	2º Relatoria	57,35%
Filadélfia	2º Relatoria	45,32%
Goiatins	2º Relatoria	60,29%
Itaporã do Tocantins	2º Relatoria	41,30%
Juarina	2º Relatoria	88,00%
Muricilândia	2º Relatoria	16,55%
Nova Olinda	2º Relatoria	61,67%
Palmeirante	2º Relatoria	41,62%
Pau d'Arco	2º Relatoria	39,11%
Pequizeiro	2º Relatoria	67,71%
Piraquê	2º Relatoria	50,00%
Presidente Kennedy	2º Relatoria	55,37%
Santa Fé do Araguaia	2º Relatoria	65,79%

[Handwritten signatures and initials]

Quadro 3- 2ª Relatoria - Estimativa percentual das matrículas de crianças de 4 a 5 anos nos municípios em 2015

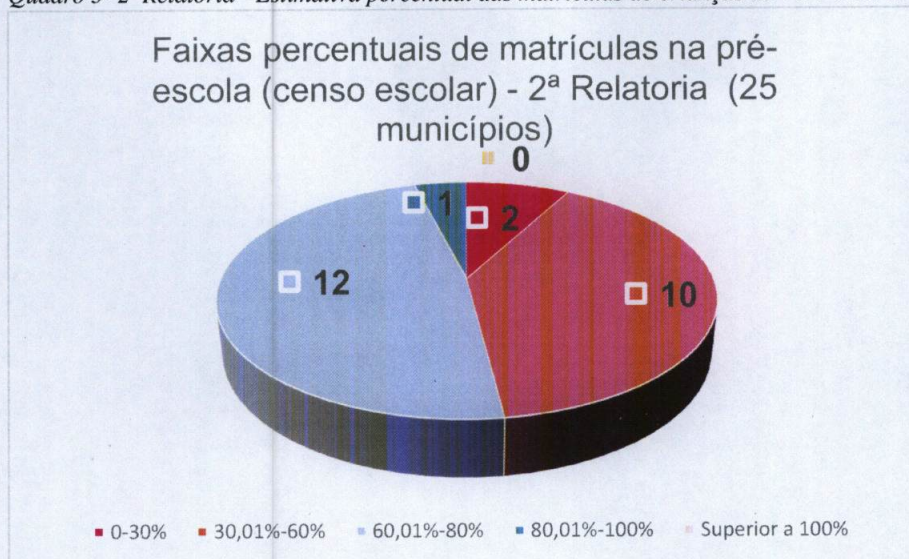


Gráfico 3 - 3ª Relatoria - Quantidade de municípios distribuídos em faixas percentuais de alunos matriculados na pré-escola em relação à população de crianças de 4 a 5 anos.

(Handwritten signatures and initials)

Município	Relatoria	Percentual de matrículas na pré-escola (censo escolar 2015/censo populacional 2010)
Aliança do Tocantins	3ª Relatoria	76,88%
Alvorada	3ª Relatoria	65,64%
Araguaçu	3ª Relatoria	72,31%
Cariri do Tocantins	3ª Relatoria	59,84%
Cristalândia	3ª Relatoria	88,67%
Crixás do Tocantins	3ª Relatoria	84,29%
Dueré	3ª Relatoria	59,38%
Fátima	3ª Relatoria	115,45%
Figueirópolis	3ª Relatoria	50,81%
Formoso do Araguaia	3ª Relatoria	50,30%
Gurupi	3ª Relatoria	58,61%
Jaú do Tocantins	3ª Relatoria	52,48%
Lagoa da Confusão	3ª Relatoria	73,60%
Nova Rosalândia	3ª Relatoria	76,86%
Oliveira de Fátima	3ª Relatoria	128,21%
Palmeirópolis	3ª Relatoria	81,92%
Paranã	3ª Relatoria	68,96%
Peixe	3ª Relatoria	57,07%
Pium	3ª Relatoria	44,02%
Sandolândia	3ª Relatoria	96,74%
Santa Rita do Tocantins	3ª Relatoria	47,31%
São Salvador do Tocantins	3ª Relatoria	54,02%
São Valério da Natividade	3ª Relatoria	51,52%
Sucupira	3ª Relatoria	86,67%
Talismã	3ª Relatoria	59,57%

Quadro 4 - 3ª Relatoria Estimativa percentual das matrículas de crianças de 4 a 5 anos nos municípios em 2015

[Handwritten signatures and initials]

Faixas percentuais de matrículas na pré-escola (censo escolar) - 3ª Relatoria (25 municípios)

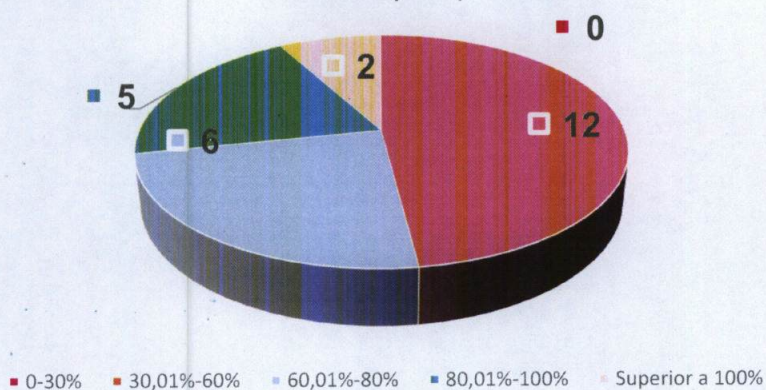


Gráfico 4 - 3ª Relatoria - Quantidade de municípios distribuídos em faixas percentuais de alunos matriculados na pré-escola em relação à população de crianças de 4 a 5 anos.

Assinaturas manuscritas em azul.

Município	Relatoria	Percentual de matrículas na pré-escola (censo escolar 2015/censo populacional 2010)
Aguiarnópolis	4ª Relatoria	50,42%
Ananás	4ª Relatoria	54,38%
Angico	4ª Relatoria	76,26%
Araguatins	4ª Relatoria	45,05%
Augustinópolis	4ª Relatoria	68,63%
Axixá do Tocantins	4ª Relatoria	71,91%
Buriti do Tocantins	4ª Relatoria	80,26%
Cachoeirinha	4ª Relatoria	84,00%
Carrasco Bonito	4ª Relatoria	78,01%
Darcinópolis	4ª Relatoria	106,35%
Esperantina	4ª Relatoria	66,92%
Itaguatins	4ª Relatoria	66,02%
Luzinópolis	4ª Relatoria	113,27%
Maurilândia do Tocantins	4ª Relatoria	54,23%
Nazaré	4ª Relatoria	88,17%
Palmeiras do Tocantins	4ª Relatoria	66,82%
Praia Norte	4ª Relatoria	80,60%
Riachinho	4ª Relatoria	64,00%
Sampaio	4ª Relatoria	77,46%
Santa Terezinha do Tocantins	4ª Relatoria	60,23%
São Bento do Tocantins	4ª Relatoria	75,69%
São Miguel do Tocantins	4ª Relatoria	71,54%
São Sebastião do Tocantins	4ª Relatoria	82,76%
Sítio Novo do Tocantins	4ª Relatoria	72,02%
Tocantinópolis	4ª Relatoria	63,19%
Wanderlândia	4ª Relatoria	44,08%
Xambioá	4ª Relatoria	70,85%

Quadro 5 - 4ª Relatoria - Estimativa percentual das matrículas de crianças de 4 a 5 anos nos municípios em 2015

Faixas percentuais de matrículas na pré-escola (censo escolar) - 4ª Relatoria (27 municípios)

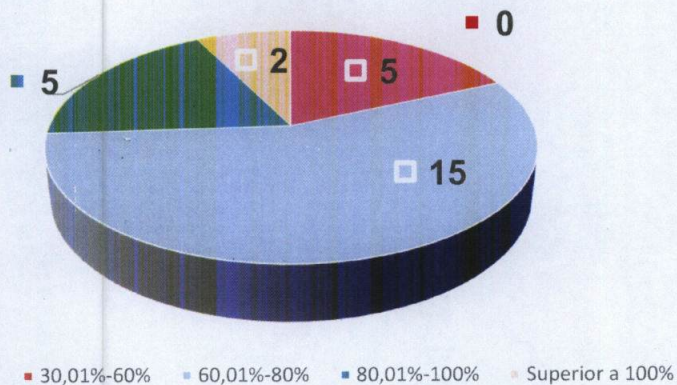


Gráfico 5 - 4ª Relatoria - Quantidade de municípios distribuídos em faixas percentuais de alunos matriculados na pré-escola em relação à população de crianças de 4 a 5 anos.

[Handwritten signatures and initials]

Município	Relatoria	Percentual de matrículas na pré-escola (censo escolar 2015/censo populacional 2010)
Abreulândia	5ª Relatoria	56,38%
Araguacema	5ª Relatoria	60,55%
Bom Jesus do Tocantins	5ª Relatoria	66,07%
Caseara	5ª Relatoria	68,69%
Centenário	5ª Relatoria	21,26%
Colméia	5ª Relatoria	79,91%
Divinópolis do Tocantins	5ª Relatoria	85,31%
Dois Irmãos do Tocantins	5ª Relatoria	44,20%
Fortaleza do Tabocão	5ª Relatoria	169,62%
Goianorte	5ª Relatoria	41,30%
Guaraí	5ª Relatoria	57,63%
Itacajá	5ª Relatoria	45,55%
Itapiratins	5ª Relatoria	54,79%
Lizarda	5ª Relatoria	52,56%
Marianópolis do Tocantins	5ª Relatoria	73,85%
Miranorte	5ª Relatoria	43,76%
Novo Acordo	5ª Relatoria	69,46%
Pedro Afonso	5ª Relatoria	99,73%
Recursolândia	5ª Relatoria	47,09%
Rio dos Bois	5ª Relatoria	49,18%
Rio Sono	5ª Relatoria	50,94%
Santa Maria do Tocantins	5ª Relatoria	75,00%
São Félix do Tocantins	5ª Relatoria	94,92%
Tocantínia	5ª Relatoria	56,92%
Tupirama	5ª Relatoria	106,00%
Tupiratins	5ª Relatoria	71,83%

Quadro 6 - 5ª Relatoria - Estimativa percentual das matrículas de crianças de 4 a 5 anos nos municípios em 2015

Faixas percentuais de matrículas na pré-escola (censo escolar) - 5ª Relatoria (26 municípios)

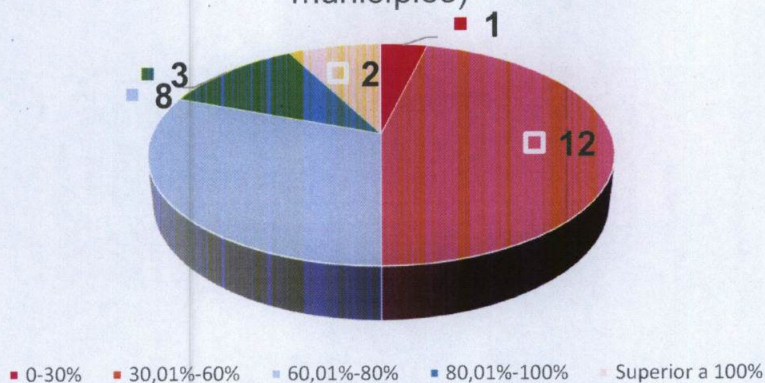


Gráfico 6 - Quantidade de municípios distribuídos em faixas percentuais de alunos matriculados na pré-escola em relação à população de crianças de 4 a 5 anos.

[Handwritten signatures and initials]

Município	Relatoria	Percentual de matrículas na pré-escola (censo escolar 2015/censo populacional 2010)
Almas	6ª Relatoria	63,79%
Arraias	6ª Relatoria	80,94%
Aurora do Tocantins	6ª Relatoria	59,43%
Brejinho Nazaré	6ª Relatoria	84,29%
Chapada da Natividade	6ª Relatoria	57,36%
Combinado	6ª Relatoria	85,81%
Conceição do Tocantins	6ª Relatoria	34,74%
Dianópolis	6ª Relatoria	69,28%
Ipueiras	6ª Relatoria	79,76%
Lagoa do Tocantins	6ª Relatoria	53,55%
Lavandeira	6ª Relatoria	66,20%
Mateiros	6ª Relatoria	67,71%
Monte do Carmo	6ª Relatoria	39,30%
Natividade	6ª Relatoria	58,24%
Novo Alegre	6ª Relatoria	98,33%
Novo Jardim	6ª Relatoria	59,62%
Pindorama do Tocantins	6ª Relatoria	72,15%
Ponte Alta do Bom Jesus	6ª Relatoria	167,68%
Ponte Alta do Tocantins	6ª Relatoria	67,01%
Porto Alegre do Tocantins	6ª Relatoria	75,93%
Porto Nacional	6ª Relatoria	60,77%
Rio da Conceição	6ª Relatoria	82,67%
Santa Rosa do Tocantins	6ª Relatoria	29,75%
Silvanópolis	6ª Relatoria	84,42%
Taguatinga	6ª Relatoria	55,92%
Taipas do Tocantins	6ª Relatoria	52,81%

Quadro 7 - 6ª Relatoria - Estimativa percentual das matrículas de crianças de 4 a 5 anos nos municípios em 2015

Faixas percentuais de matrículas na pré-escola (censo escolar) - 6ª Relatoria (26 municípios)

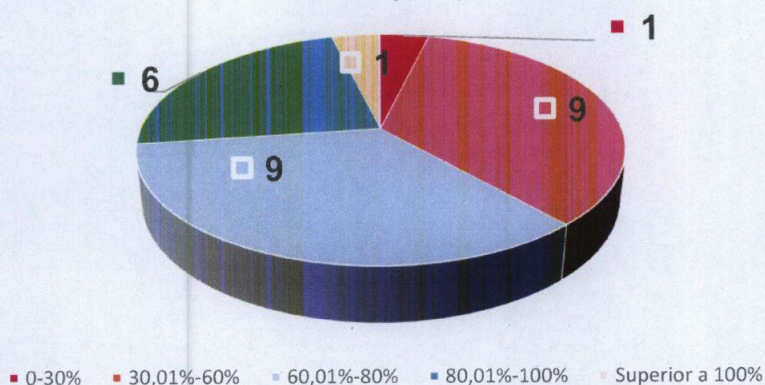


Gráfico 7 - 6ª Relatoria - Quantidade de municípios distribuídos em faixas percentuais de alunos matriculados na pré-escola em relação à população de crianças de 4 a 5 anos.

4.2. I- Saúde

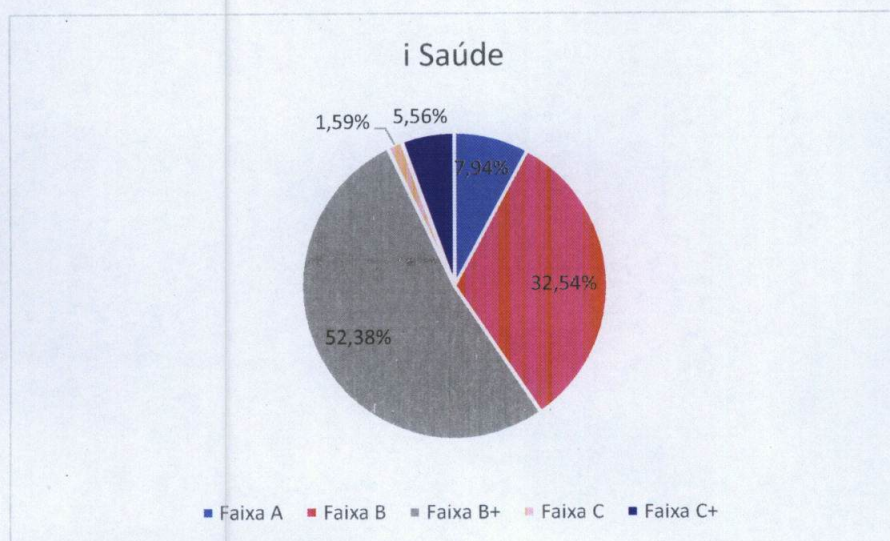


Figura 3: Gráfico resultados do I-Saúde por faixas

Neste índice constatou-se que 107 municípios (85%) ficaram concentrados nas faixas de resultados B (efetivo) e B+ (muito efetivo).

Com o resultado do I-Saúde podemos também observar que:

(Assinaturas manuscritas)

- Existe ausência de informações sobre os gargalos/demanda reprimida de atendimento ambulatorial/hospitalar de média e alta complexidade de referência para a Atenção Básica;
- Existe município que leva até 120 dias para marcar exames complementares solicitados na consulta na UBS e sua efetiva realização;
- Existe município que informou que leva até 240 dias para marcação da 1ª consulta;
- Dos 126 municípios que responderam ao questionário do I-saúde somente Palmas faz relatório de atendimento da Ouvidoria da Saúde;
- 56 municípios não têm implantado o Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica do SUS - Hórus- Sistema de controle e distribuição de medicamentos. Alguns municípios contratam empresas para implantação de outros sistemas, sendo que o Hórus é gratuito.
- A maioria dos municípios desconhecem onde buscar informações essenciais para planejamento de suas ações de saúde, como por exemplo ter conhecimento das principais internações clínicas por condições sensíveis à atenção básica;
- Os municípios de Santa Rosa do Tocantins, Tupiratins, Marianópolis do Tocantins, Axixá do Tocantins, Sandolândia e Augustinópolis informaram que as despesas consideradas para fins de apuração do mínimo constitucional de aplicação de recursos próprios em saúde, **não** foram de responsabilidade específica do setor saúde e nem com recursos municipais movimentados somente pelo Fundo Municipal de Saúde;
- Alguns municípios justificam o pagamento de horas extras para médicos sob a justificativa que seria para plantões no hospital, mas consultando o CNES – cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde, tais municípios não possuem hospitais;
- 111 dos 126 municípios respondentes não possuem Auto de vistoria do Corpo de bombeiros nos locais de atendimento médico-hospitalar e nas Unidades Básicas de Saúde-UBS;

4.3. I- Planejamento

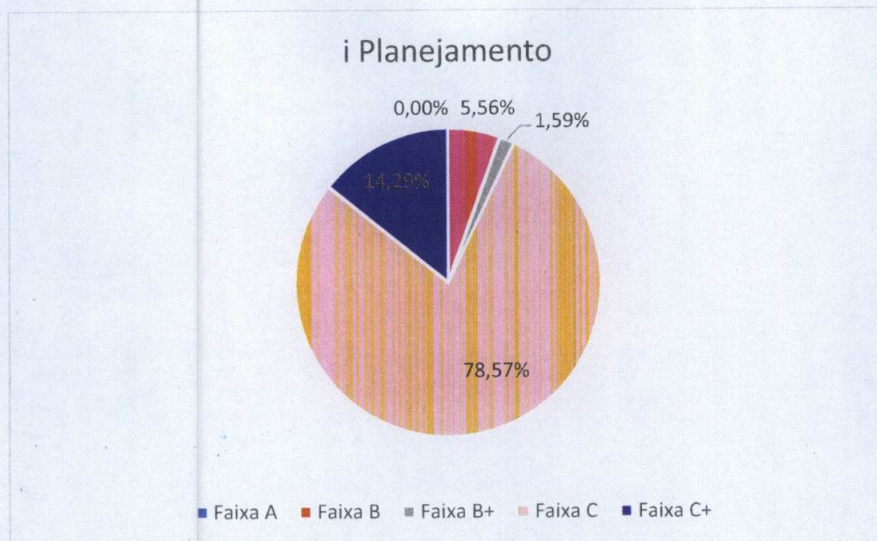


Figura 4: Gráfico resultados do I-Planejamento por faixas

Neste índice constatou-se que 117 municípios (93%) ficaram concentrados nas faixas de resultados C+ (em fase de adequação) e C (baixo nível de adequação).

Com o resultado do I-Planejamento podemos também observar que:

- Dos 126 municípios respondentes, 122 municípios informaram que o servidor responsável pela contabilidade não é ocupante de cargo de provimento efetivo;
- 46 municípios informaram que não existe equipe estruturada para realização do planejamento municipal PPA, LDO e LOA;
- 54 municípios declararam que não realizam levantamento dos problemas, necessidades e deficiências para elaborar seu planejamento.

(Assinaturas manuscritas)

4.4. I- Fiscal

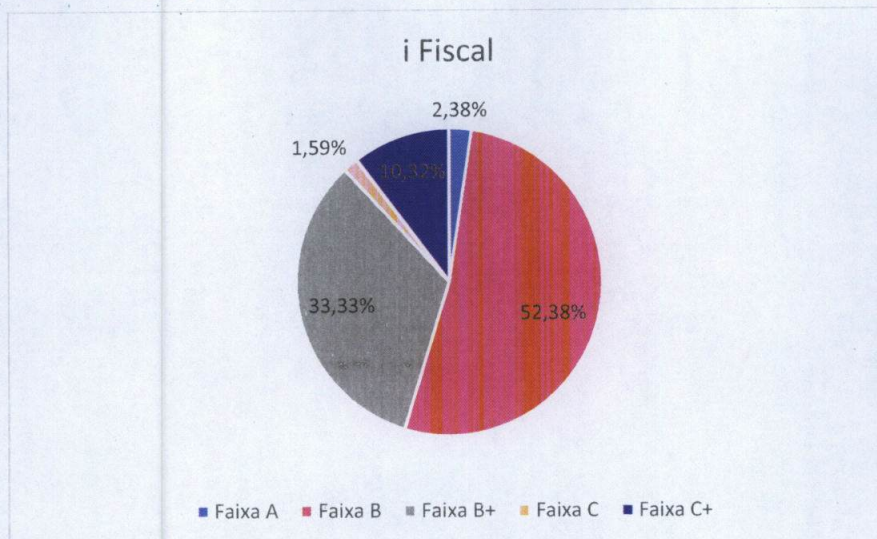


Figura 5: Gráfico resultados do I-Fiscal por faixas

Neste índice constatou-se que 108 municípios (86%) ficaram concentrados nas faixas de resultados B+ (Muito efetiva) e B (efetiva).

4.5. I- Ambiental

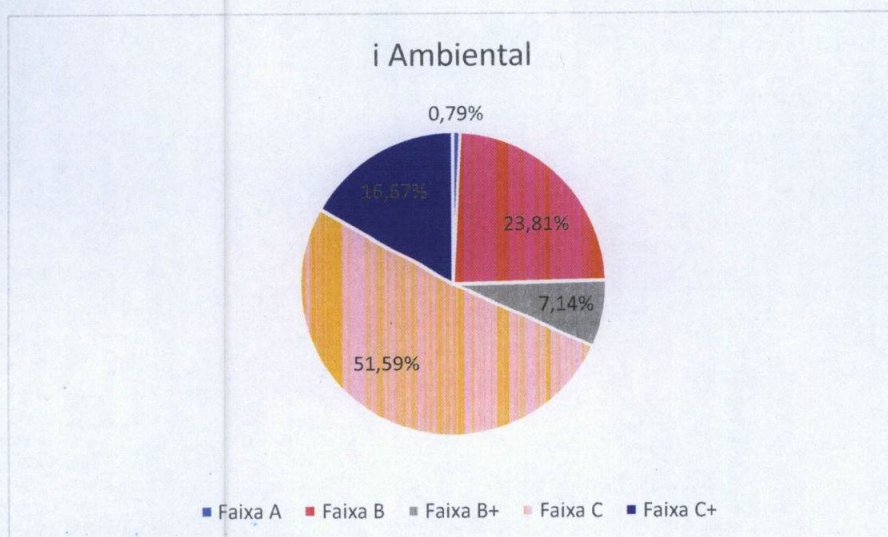


Figura 6: Gráfico resultados do I-AMB por faixas

[Handwritten signatures and marks]

Neste índice constatou-se que 95 municípios (75%) ficaram concentrados nas faixas de resultados B (efetiva) e C (baixo nível de adequação).

Com o resultado do I-Amb podemos também observar que:

- Apenas 29 municípios oferecem serviço de fornecimento de água tratada à 100% de sua população.
- 55 municípios não possuem Plano Municipal de Saneamento Básico;
- 18 municípios não elaboraram o Plano Municipal de gestão integrada de resíduos sólidos
- 66 municípios não participam do Programa Estadual/Regional de Gestão Ambiental;
- 34 municípios informaram que não fornece serviço de coleta de esgotamento sanitário à sua população;

4.6. I- cidade

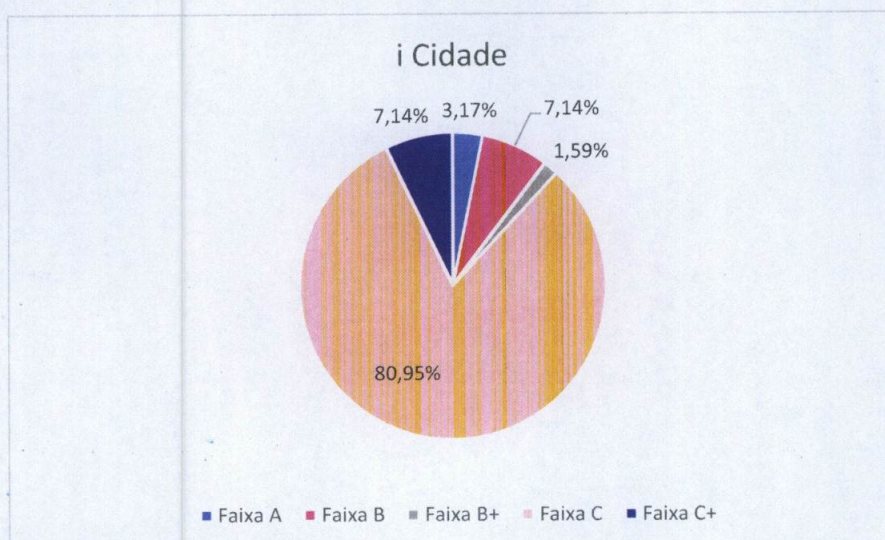


Figura 7: Gráfico resultados do I-Cidade por faixas

Neste índice constatou-se que 102 municípios (81%) ficaram concentrados nas faixas de resultados C (baixo nível de adequação).

Com o resultado do I-Cidade podemos também observar que:

- Dos 126 municípios respondentes, 103(cento e três) **não** possuem um estudo de avaliação da segurança de todas as escolas e centros de saúde;
- 64 municípios não possuem um setor ou coordenadoria municipal de proteção e defesa civil e 25 estão em estruturação;

(Assinaturas manuscritas)

- 99 municípios não possuem algum tipo de levantamento para identificação de risco para intervenções do Poder Público
- 100 municípios declararam não possuir Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil e 17 se encontram em fase de formalização;
- 81 municípios não capacitam seus agentes para ações municipais de proteção e Defesa Civil;
- 66 municípios não estão cadastrados no Sistema da Proteção e Defesa Civil Estadual;

4.7. I- Governança TI

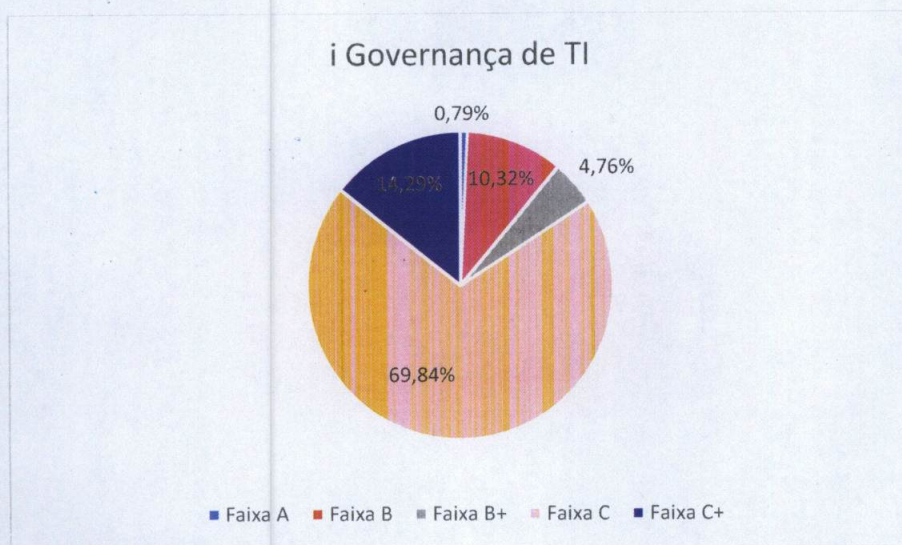


Figura 8: Gráfico resultados do I-Governança de TI por faixas

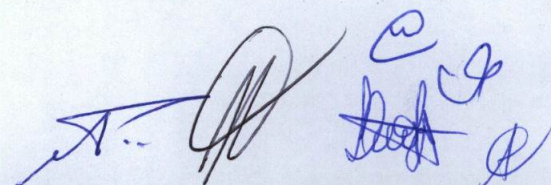
Neste índice constatou-se que 106 municípios (84%) ficaram concentrados nas faixas de resultados C+ (em fase de adequação) C (baixo nível de adequação).

Com o resultado do I-Governança TI podemos também observar que:

- Dos 126 municípios respondentes 22(vinte e dois) não registram eletronicamente os dados da Dívida Ativa da Prefeitura, e 39 (trinta e nove) registram os dados eletronicamente, porém, as informações estão em banco de dados de terceiros e 65(sessenta e cinco) registram os dados eletronicamente e as informações estão na gerência direta do município.

(Assinaturas manuscritas)

- Quanto às informações do IPTU: 16 municípios não possuem registro eletrônico dos dados, 41 municípios os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados sob domínio de empresas terceirizadas;
- Sobre a arrecadação tributária municipal, no que diz respeito ao ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), 75 municípios não implantaram a nota fiscal eletrônica e 23 possuem nota fiscal eletrônica, porém, os dados dos contribuintes são gerenciados por empresas terceirizadas;
- 30 municípios informaram que **não** disponibilizam ao público, por meio eletrônico e em tempo real, as informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da gestão municipal;
- 96 municípios informaram que disponibilizam ao público, por meio eletrônico e em tempo real, as informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da gestão municipal, porém, tramita no TCE vários processos de representação de fiscalização empreendidas nos Portais da Transparência, onde identificamos que 13 destes municípios que informaram que cumprem o art. 48 da Lei 131/2009, estão sendo citados pelo TCE pelo não cumprimento;



5. CONCLUSÃO

Na dimensão **planejamento** mais de 70% dos municípios estão em baixo nível de adequação, onde tivemos municípios que obtiveram nota “0” (zero).

Esse cenário é preocupante, porque planejar consiste em formular as políticas públicas, selecionar as opções e definir objetivos, diretrizes, programas e meios adequados à realização do que se pretende. Constatou-se que a maioria dos municípios não conseguiram apresentar os dados do planejamento da prefeitura, estruturado através de programas, indicadores, metas e ações. Outros apresentaram dados totalmente fora dos conceitos orçamentários.

Na dimensão **ambiental**, apenas 23% dos municípios respondentes oferecem serviços de água tratada a toda sua população e 24% informaram que não fornecem serviços de coleta de esgotamento sanitário à sua população.

Na dimensão **educação**, há fortes indícios de que os municípios tocantinenses não irão cumprir a Meta 1 do Plano Nacional de Educação.

Na dimensão **saúde** os municípios não possuem informações sobre as necessidades da população, refletindo desta forma no planejamento das ações da área da saúde;

Na dimensão **Governança em tecnologia da informação** quanto às informações do IPTU alguns não possuem registro eletrônico dos dados, e muitos possuem dos dados de forma eletrônica, porém armazenados em banco de dados de terceiros. O mesmo ocorre com os dados referente à dívida ativa e ao ISSQN.

A implantação do IEGM junto aos municípios contribuiu para que os gestores, possibilitando a aferição de resultados, correção de rumos, reavaliação de prioridades e consolidação do planejamento, favorecendo o controle social ao evidenciar a correspondência entre as ações dos governos municipais e as exigências da sociedade, além de contribuir para o aperfeiçoamento da ação fiscalizatória do Tribunal de Contas.

6. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Diante do trabalho realizado, apresentamos as seguintes propostas visando a efetividade dos trabalhos do IEGM:

a) Para avaliação dos respectivos relatores:

- Considerar na elaboração do Plano Anual de Fiscalização e/ou na análise das contas anuais os quesitos mais críticos do resultado do IEGM/2016, com destaque para os indícios de não atendimento à Meta 1¹ do Plano Nacional da Educação, Lei Federal nº 13.005/2014 por parte dos Municípios identificados nos quadros do item 4.1 deste Relatório;
- Aplicação de multa aos municípios de Abreulândia, Aragominas, Araguatins, Carmolândia, Carrasco Bonito, Esperantina, Goiatins, Ipueiras, Itaporã, Piraquê, Praia Norte, Santa Fé do Araguaia e São Miguel do Tocantins, por descumprimento ao disposto no item II da Resolução 221/2016 de 10 de junho de 2016.

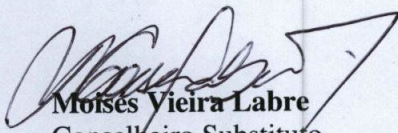
Outrossim, sugerimos ao Tribunal de Contas que seguindo modelo já utilizado em outros Tribunais de Contas, institucionalize o TAG- Termo de Ajustamento de Gestão. No caso do IEGM o TAG vai permitir a correção mais rápida das falhas verificadas junto aos jurisdicionados e dará mais efetividade ao seu trabalho, ajudando a proteger a sociedade das más práticas de gestão e estimulando ações corretivas que evitem desvios ou desperdícios de recursos públicos, além de possibilitar que as irregularidades encontradas sejam estancadas de imediato. Para o IEGM será proposto que o gestor a cada ano busque melhorar o seu índice de efetividade da gestão, sendo dado um prazo máximo de 04 (quatro) anos para que o mesmo avance na efetividade da gestão.

¹ Meta 1: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

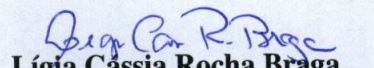
• **BENEFÍCIOS ESPERADOS**

Incentivar uma mudança de cultura na aplicação dos recursos públicos e motivar o aperfeiçoamento dos serviços prestados pelos entes municipais.

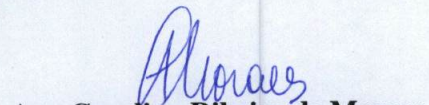
Palmas, 12 de dezembro de 2016



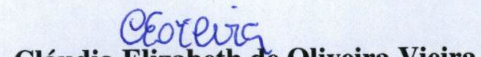
Moisés Vieira Labre
Conselheiro Substituto
Mat.23.4311
Coordenador



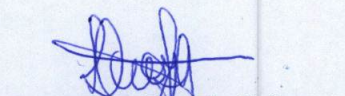
Lígia Cassia Rocha Braga
Auditora de controle Externo-
Mat.23.8589
Supervisora



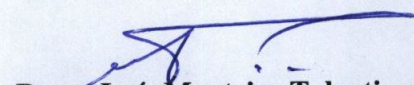
Ana Carolina Ribeiro de Moraes
Auditora de controle Externo
Mat. 24.3465



Cláudia Elizabeth de Oliveira Vieira
Auditora de controle Externo
Mat. 23.5873



Leonardo José de Sales
Técnico de controle externo
Mat.24.1432



Roger Luís Monteiro Tolentino
Auditor de controle Externo
Mat.23.8767